

**“A morte do jornalista mártir”<sup>1</sup>:  
reflexões sobre a repercussão do atentado a Crispim Mira**

Isabel Cristina Hentz  
[ichentz@gmail.com](mailto:ichentz@gmail.com)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Crispim Mira é considerado por muitas pessoas como um dos maiores jornalistas catarinenses. Sua morte precoce, provocada pelo atentado que sofreu na redação de seu jornal, *Folha Nova*, chocou a população e teve grande repercussão na imprensa catarinense e brasileira. O objetivo deste artigo é analisar a repercussão deste fato na imprensa e mostrar como esse episódio foi utilizado na construção de um discurso em favor da liberdade de imprensa. As fontes utilizadas são notícias sobre o atentado publicadas em diversos jornais, transcritas e comentadas pelo jornal *Folha Nova*, do dia 18 de fevereiro, até o dia 10 de março de 1927.

Palavras-chave: Crispim Mira; Discurso; Liberdade de imprensa

Abstract: Crispim Mira is considered by many people one of the greatest journalists from Santa Catarina. An attempt on his life made on the editorial room of his newspaper, *Folha Nova*, caused his untimely death, which shocked the city people and was widely discussed in Santa Catarina's and Brazil's press. This paper aims to examine how Mira's death was reported in the press and show how it was used to praise the freedom of press. This paper's sources are news on the attempt from several newspapers, transcribed and commented by the *Folha Nova* paper, from February 18<sup>th</sup> to March 10<sup>th</sup>, 1927.

Keywords: Crispim Mira; Discourse; Freedom of press

**“The death of martyr journalist”:  
reflections about the attempt repercussion against Crispim Mira**

A história real sobre a vida e a morte de Crispim Mira é matéria rica para investigação dos jornalistas, análise dos historiadores e pesquisa de tantos quantos têm amor à verdade.<sup>2</sup>

Em 2006, na 1ª fase do curso de História, a turma da disciplina de Teoria e Metodologia da História I visitou o setor de periódicos antigos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina para ter um primeiro contato com um arquivo e com fontes históricas. Nessa visita, eu e duas colegas (Cristiane Garcia Teixeira e Kelly Luiz) encontramos, escolhendo aleatoriamente, um dos livros em que os jornais estão encadernados, uma série de números do jornal *Folha Nova*, de Florianópolis, do ano de 1927, cujas reportagens

<sup>1</sup> Manchete de capa do jornal *Folha Nova* do dia 7 de março de 1927.

<sup>2</sup> PEREIRA, Moacir. *Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli / FCC Edições, 1992. p. 23.



noticiavam o atentado sofrido pelo dono do jornal, o conhecido e respeitado jornalista catarinense Crispim Mira.<sup>3</sup>

Neste artigo, o tema do atentado ao jornalista Crispim Mira, tão apaixonadamente noticiado por seu periódico, será novamente explorado. O objetivo deste trabalho é analisar a repercussão do fato na imprensa, principalmente na imprensa de Santa Catarina, e mostrar como esse episódio foi utilizado para a construção de um discurso em favor da liberdade de pensamento e de expressão da imprensa brasileira. Para isso, as fontes utilizadas são notas sobre o atentado a Crispim Mira publicadas em diversos jornais de Santa Catarina e do Brasil, transcritas e comentadas, nas páginas do *Folha Nova*, do dia 18 de fevereiro de 1927, um dia depois do atentado ao jornalista, até o dia 10 de março de 1927, alguns dias depois de sua morte<sup>4</sup>. O incidente continuou sendo comentado ainda por muito tempo, mas este foi o recorte escolhido, pelo fato de as notícias destes dias apresentarem temáticas semelhantes.

Cabe destacar aqui que não se fez uma pesquisa prévia sobre quais jornais comentaram o fato; o que se fez foi perceber como esse evento foi relatado na imprensa, a partir do que foi publicado pelo jornal *Folha Nova*, cujo proprietário e diretor era o próprio Crispim Mira. Dessa forma, é possível que muitos outros periódicos da época, além dos que serão aqui citados, tenham noticiado o fato, já que sua repercussão foi intensa.

Há ainda uma outra consideração a ser feita sobre as fontes. Para isso, é importante antes citar o que Enéas Athanázio diz na introdução da biografia que fez sobre Crispim Mira:

É curioso observar que na coleção da “Folha Nova” correspondente aos anos de 1926 e 1927, existente na Biblioteca Pública do Estado, não se acham os jornais de 25 de janeiro a 2 de maio de 1927, justamente o período em que ocorreram os fatos que culminaram com a morte do jornalista (números LVI a 138). É claro que outros jornais trataram do assunto, e muito, mas a versão das vítimas desapareceu. Terá sido coincidência ou tentativa de esconder os fatos?<sup>5</sup>

Pesquisei no mesmo arquivo que o autor citado, no setor de periódicos antigos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, e é interessante relatar como estão organizados os números do jornal *Folha Nova* existentes neste lugar. No livro em que está

<sup>3</sup> Nosso trabalho final da disciplina de TMH I, de 2006/1 foi sobre a reportagem do *Folha Nova*, do dia 18 de fevereiro de 1927, que anunciava o atentado a Crispim Mira. HENTZ, Isabel Cristina; LUIZ, Kelly; TEIXEIRA, Cristiane Garcia. Crispim Mira: “O mártir da liberdade de imprensa”. Trabalho apresentado como requisito parcial de avaliação para a disciplina de Teoria e Metodologia da História I, ministrada pela Profa. Dra. Joana Maria Pedro, da 1ª fase do curso de graduação em História, no semestre 2006/1.

<sup>4</sup> As citações foram transcritas conforme a grafia original, sendo reproduzidas a linguagem e as expressões utilizadas na época e sendo mantidos os erros de impressão dos jornais.

<sup>5</sup> ATHANÁZIO, Enéas. *Jornalista por ideal: algumas considerações sobre um catarinense esquecido: Crispim Mira*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1992. p. 9.



encadernada a maior parte das edições deste periódico e que tem o mesmo título do jornal, os números que tratam do atentado a Crispim Mira realmente não estão presentes. Esses números, não se pode dizer se na totalidade, mas pelo menos em sua maioria, estão em outra encadernação: o livro *Jornais Diversos*, número 47. A dúvida levantada por Enéas Athanázio é válida, embora difícil de ser respondida, pois é de fato bastante curioso que justamente os números do *Folha Nova* que tratam do incidente, ao invés de serem encadernados com as outras edições do jornal, se encontrem em um livro de jornais diversos, onde também se encontram algumas edições de outros jornais catarinenses com notícias sobre o atentado.

### Sobre Crispim Mira<sup>6</sup>

Brilhante, fluente, combativo, corajoso, polemista. Essas são algumas características apontadas nas fontes para descrever Crispim Mira. Há quem diga que ele foi um dos maiores jornalistas catarinenses; uma das notícias analisadas se refere a ele como “o príncipe do jornalismo catarinense”<sup>7</sup>. De qualquer modo, mesmo que muitas das descrições sobre o jornalista sejam “heroicizantes”, alimentadas por sua morte brutal, há um fundo de verdade nelas. Crispim Mira era bastante conhecido e respeitado em vida e sua morte teve grande repercussão na imprensa catarinense e brasileira e causou forte comoção popular. Sobre isso, é interessante destacar que em vários dos números do *Folha Nova* analisados, há listas de nomes de pessoas prestando homenagens e desejando melhoras ao diretor do jornal.

Joinvilense, Crispim Mira nasceu em 1880<sup>8</sup>. Mesmo nunca tendo concluído o ensino formal, era considerado um brilhante escritor, tendo assumido diferentes funções em diversos jornais e escrito uma série de livros. Já aos 19 anos, em Joinville, foi redator da *Gazeta de Joinville* e do *Jornal do Povo*; em Florianópolis, participou da *Gazeta Catharinense*, do jornal *Terra Livre* e fundou o *Folha do Comércio*.

Além de jornalista, Mira foi escritor e advogado. Sua obra mais importante é *Terra Catharinense*, tese de cerca de trezentas páginas apresentada no 6º Congresso Brasileiro de Geografia, comentada e elogiada à época por Monteiro Lobato, no qual discorre sobre aspectos da História, da Geografia e da população de Santa Catarina. Como advogado, também publicou algumas obras de cunho jurídico, além de ter atuado como advogado

<sup>6</sup> Baseado na obra supracitada de Enéas Athanázio e em uma pequena biografia de Crispim Mira, publicada no jornal *O Estado*, no dia 05/03/1927, por ocasião de sua morte.

<sup>7</sup> Notícia retirada do jornal *O Pharol*, de Itajaí, e publicado no *Folha Nova* em 24/02/1927. p. 2.

<sup>8</sup> Foram encontradas duas datas de nascimento: 14 de maio (ATHANÁZIO, 1992, p. 7) e 13 de setembro (DOMINGOS, 2005).



provisionado, “espécie de profissional autorizado a exercer a advocacia de forma limitada, mesmo sem cursar alguma Faculdade de Direito”<sup>9</sup>.

Crispim Mira nunca se filiou a um partido político. Segundo Athanázio, ele assim o fez para que pudesse escrever livremente, para que suas idéias e os jornais dos quais participou ou os quais possuiu não fossem relacionadas com as diretrizes de nenhum partido (era comum nesse período que os grupos políticos tivessem seus próprios jornais, como é o caso do *Republica*, jornal do Partido Republicano Catharinense). O jornalista era um simpatizante da oposição e seu jornal, o *Folha Nova*, juntamente com outros jornais catarinenses de oposição do período, era “alvo de policiais atiradores, porque discordavam da ação governamental.”<sup>10</sup>

O *Folha Nova*, que circulou em Florianópolis entre os anos 1926 e 1930, foi o último jornal do qual Crispim Mira participou. Mira o fundou em 1926 e foi seu diretor até morrer. Depois disso, o jornal continuou sendo publicado até 1930 e quem assumiu a direção logo após o fim da agonia de Mira foi Petrarcha Callado<sup>11</sup>. Foi na redação do *Folha Nova*, em decorrência de denúncias que vinha fazendo a um órgão público há alguns dias, que Crispim Mira sofreu o atentado que o levou, cerca de duas semanas depois, a sua morte, em 4 de março de 1927 no Hospital de Caridade, onde esteve internado desde o ataque.

### Sobre o atentado

Alguns dias antes do atentado, Crispim Mira vinha denunciando, sem citar nomes de responsáveis, irregularidades em uma repartição federal do Ministério da Viação, a “Comissão de Melhoramentos do Porto”, cujo diretor era Tito Lopes. Não tive acesso direto às notícias em que Mira acusava Lopes, mas a partir do que se pode ler nas notícias sobre o atentado, publicadas em diversos jornais e transcritas pelo *Folha Nova*, pode-se perceber que as denúncias falam do mau uso do dinheiro público, demora na construção de obras públicas e uso do cargo público para benefício próprio.

No dia 17 de fevereiro de 1927, Crispim Mira estava na redação de seu jornal, na rua Tiradentes, junto com um filho pequeno e o redator, Petrarcha Callado, quando, por volta das 13 horas, foi surpreendido por um grupo de homens armados com revólveres e chicotes.

<sup>9</sup> ATHANÁZIO, Op. Cit., p. 37.

<sup>10</sup> PEREIRA, Op. Cit., 1992. p. 37.

<sup>11</sup> Informações baseadas no catálogo sobre o jornal *Folha Nova*. SCHLICHTING, Aida Melo. *Catálogo analítico descritivo dos jornais de Florianópolis, 1914-1930: o jornal como fonte histórica*. V. 2. 1989a. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.



Depois de momentos de luta corporal, os agressores dispararam dez tiros, sendo que um atingiu o jornalista na boca. Petrarcha Callado, segundo relatos, também lutou, saiu ileso e conseguiu disparar três tiros de seu revólver, afugentando os invasores. Consta ainda que o filho de Crispim Mira, presente na redação naquele dia, também foi atingido.<sup>12</sup>

É importante destacar que dentre o grupo de homens que atacou Crispim Mira (Aecio Lopes, Antonio Selva, Sebastião Coelho e João Pio Pereira), um deles, Aecio Lopes, era filho de Tito Lopes, aquele que foi acusado por Crispim Mira. Este detalhe gerou muita revolta entre os admiradores de Mira, como será descrito mais adiante neste artigo.

Crispim Mira foi levado ao Hospital de Caridade, onde foram feitas diversas cirurgias pelo Dr. Gottsmann para a retirada dos estilhaços de balas. Foi neste hospital que Mira ficou internado até o momento de sua morte, no dia 5 de março de 1927, às 4h e 40 min<sup>13</sup>.

Desde o dia do atentado até a morte do jornalista, e ainda por alguns dias depois, as páginas do jornal *Folha Nova* noticiavam o incidente. Foram publicadas notícias sobre a investigação do atentado, sobre o estado de saúde de Mira, sobre as visitas ilustres ou não recebidas no hospital, e ainda listas que ocupavam quase meia página de nomes de pessoas que desejavam melhoras ao jornalista. Durante vários dias, o *Folha Nova*, então liderado por Petrarcha Callado, centrou sua atenção no atentado. Não sei dizer se a circulação do jornal fundado por Crispim Mira era grande (acredito que sim, pelo que é descrito em Schlichting, 1989a), mas, mesmo que não fosse, este periódico demandou notável esforço para que o atentado não fosse esquecido rapidamente pelo povo de Florianópolis.

#### Repercussões do atentado: temas discutidos pela imprensa

“Sua morte provocou grande comoção e revolta em todo o Estado. A imprensa discutiu exaustivamente o caso, o povo não se cansou de comentá-lo. As manifestações de toda ordem se sucederam.”<sup>14</sup> Como fica claro nesta citação de Enéas Athanázio, o atentado a Crispim Mira foi bastante noticiado e comentado e a imprensa foi o principal meio de divulgação dos fatos e das opiniões acerca do incidente.

Através das páginas do *Folha Nova*, podemos ter uma idéia da repercussão estadual e até nacional do ocorrido e da popularidade de Crispim Mira. As notícias transcritas são provenientes dos mais diversos lugares: de outros jornais de Florianópolis, de Joinville, de

<sup>12</sup> Informações baseadas em relato da edição do *Folha Nova* do dia 18 de fevereiro de 1927, um dia depois do atentado.

<sup>13</sup> Manchete de capa do jornal *Folha Nova* do dia 5 de março de 1927.

<sup>14</sup> ATHANÁZIO, Op. Cit., p. 9.



Itajaí, de São Francisco do Sul, de Laguna, de Curitiba, do Rio de Janeiro e até de um jornal de Buenos Aires.

Além da simples divulgação de um fato, por mais impactante que ele tenha sido, há ainda outro aspecto interessante de se observar nessas notas publicadas em diversos jornais e transcritas pelo *Folha Nova*: é o aproveitamento deste acontecimento para se discutir outros temas, principalmente vinculados ao papel da imprensa, ao cumprimento das leis e a alguns aspectos morais. Algumas questões são recorrentes nessas notas, mesmo elas sendo de jornais de locais bem diferentes.

Quando as denúncias à Comissão de Melhoramentos dos Portos da Capital começaram a ser publicadas pelo jornal de Mira, Tito Lopes tomou uma atitude: desafiou o jornalista para um duelo. Essa atitude foi largamente criticada pelos jornais, pois o duelo era prescrito como crime no Código Penal então em vigor e não era mais identificado como defesa da honra, como costumava ser em tempos mais antigos, mas como um ato irracional. Percebe-se nesta crítica aos duelos uma concepção de masculinidade, pertencente a homens ditos esclarecidos e de uma determinada classe social, que não considera a violência física como a forma legítima de defesa da honra masculina. Sobre a prática de duelo, o jornal *A Notícia*, de Joinville, afirma:

(...) o dr. Tito Lopes, encheu-se de pudor, mandou terceiros desafiar o sr. Crispim Mira para um duello, - esquecendo-se que os nossos costumes repugnam o duello e que o Codigo Penal pune severamente os que inflingem as leis. O duello é a consequencia de um impeto de colera, de um impulso de raiva, é o desejo premeditado (...)<sup>15</sup>

Ao ser desafiado para um duelo, segundo consta nas notas analisadas, Crispim Mira “respondeu com a superioridade propria dos homens das lides de imprensa, que aceitaria o desafio para um duello a penna”<sup>16</sup>, ou seja, ofereceu o seu próprio jornal para servir de palco “(...) para o unico duello compatível com a civilização brasileira, - o da discussão pela imprensa, e o do julgamento pelo tribunal recto e inflexivel da opinião publica.”<sup>17</sup> É interessante destacar sobre essas citações que elas se referem às profissões ligadas à imprensa como superiores e símbolos de civilidade.

Ainda sobre esse duelo, diversas notícias falam do desafio proposto por Tito Lopes como a prova de que as denúncias estavam corretas. Este argumento também é utilizado por

<sup>15</sup> Notícia retirada do jornal *A Notícia*, de Joinville, e publicado no *Folha Nova* em 24/02/1927. p. 2.

<sup>16</sup> Notícia retirada do jornal *O Diario da Tarde*, de Curitiba, e publicada no *Folha Nova* em 25/02/1927. p. 2.

<sup>17</sup> Notícia retirada do jornal *O Dia*, de Curitiba, e publicada no *Folha Nova* em 23/02/1927. p. 2.



muitos jornais quando se referiam ao atentado em si, pois, segundo estes, se as acusações contra Tito Lopes fossem falsas, ele recorreria às leis contra as calúnias da imprensa e não teria tentado extinguir violentamente a fonte das denúncias. Sobre isso, diz o jornal *Republica*, de Florianópolis: “Offensivos que sejam estes [os fatos denunciados], as nossas leis cominam penalidades a respeito, e meio regular de se agir, seria, indubitavelmente, ou a defeza impressa, ou o chamado á responsabilidade, facilitado pela lei da imprensa.”<sup>18</sup>, ou seja, não havia justificativa para um duelo ou um atentado como o que ocorreu, já que havia meios legais de punir os caluniadores da imprensa, se esse fosse o caso.

Outro tema presente nas notas analisadas é uma certa martirização de Crispim Mira. Como é comum acontecer depois de uma pessoa passar por uma situação em que corre risco de vida, ainda mais se for uma pessoa pública conhecida e admirada por muitos, foram descritas as qualidades do jornalista como homem de bem e como profissional da imprensa preocupado com a verdade. Provavelmente por conseqüência da brutalidade do atentado a Mira, a imprensa criou sobre ele uma imagem de lutador, de alguém que se sacrificou em prol da verdade. Desse modo, Crispim Mira recebeu alcunhas gloriosas de diversos jornais como, por exemplo, “mártir da liberdade de imprensa” e “jornalista-mártir”. A citação a seguir, do jornal *O Estado*, exemplifica bem esta questão, ao falar do incidente como um “sacrifício imolado”:

A figura do jornalista que tombou irradia majestosa aos nossos olhos como a imagem symbolica do sacrificio immolada pelo orgulho da sua profissõa á ansiia ardente de cicatrizar, com o ferro em brasa da sua Penna causticante, a pustula gragrenosa de uma repartição federal, que a consciencia lhe dictava, erroneamente ou não, estar contanimando ruinosamente os cofres públicos, e, conseqüentemente, prejudicando os altos interessas nacionais.<sup>19</sup>

A aura santa de Crispim Mira é reforçada quando os jornais reconstroem, quase de forma literária, a cena do atentado no próprio local de trabalho do catarinense, a redação do *Folha Nova*, referindo-se a esse local como “seu posto de honra”, onde Mira lutou bravamente antes de sucumbir. O jornal *O Estado*, de Florianópolis, se refere ao local onde se deu o ocorrido como “altar sagrado da sua mesa de redacção”<sup>20</sup>.

Além de criar uma imagem de Mira como “jornalista-mártir”, as notas publicadas pela imprensa construíram a figura de Mira como representante de toda a imprensa, referindo-se a ele como “a voz da imprensa”, transformando, dessa maneira, a violência contra um indivíduo

<sup>18</sup> Notícia retirada do jornal *Republica*, de Florianópolis, e publicada no *Folha Nova* em 18/02/1927. p. 2.

<sup>19</sup> Notícia retirada do jornal *O Estado*, de Florianópolis, e publicada no *Folha Nova* em 21/02/1927. p. 1.

<sup>20</sup> Notícia retirada do jornal *O Estado*, de Florianópolis, e publicada no *Folha Nova* em 19/02/1927. p. 3.





em uma violência contra todos os jornalistas. Nas palavras do jornal *O Estado*, de Florianópolis, ao ferirem Crispim Mira, os atacantes “disparar[a]m seus revólveres contra o peito de toda a imprensa, representada, em tão desastroso momento, na pessoa do director da ‘Folha Nova’ .”<sup>21</sup>

Na leitura das notas analisadas ficou clara uma outra constante das notícias sobre o atentado ao jornalista catarinense: a demonização daqueles que agrediram Mira. Covarde, bandidesco, bárbaro, infame, vil, violento, sanguinário, odioso, selvagem, irracional, impulsivo, doentio... Esses foram alguns dos adjetivos utilizados para descrever o atentado. Já aqueles que atacaram o jornalista foram chamados de assassinos de jornalistas, “pessoas sem hombridade e sem caracter”<sup>22</sup>, incivilizados. Essa atitude da imprensa contribuiu para a construção de imagens antagônicas entre o jornalista civilizado e corajoso, que foi violentamente atacado por denunciar abusos dos poderosos, e os atacantes, bárbaros, irracionais, que agiram de acordo com os “instintos dos [cajres], dos zulus e dos papuas das oceanias”<sup>23</sup>, exemplos de povos considerados incivilizados neste período.

Em algumas notas, alguns jornais apontam qual teria sido a atitude correta a ser tomada por Tito Lopes em ocasião das denúncias feitas ao órgão público sob seu comando. “O meio mais logico e mais racional” para Tito Lopes, apontado em mais de um momento pelo jornal *O Estado*, era

[...] pedir imediatamente a demissão do cargo que exerce, como ainda solicitar uma rigorosa sindicancia aos seus actos, se a consciencia lhe dictar que illibado está de qualquer responsabilidade, nos descabros apontados pelo jornalista traiçoeiramente tombado hontem a tiros de revolver, no altar sagrado da sua mesa de redacção.<sup>24</sup>

Ao invés disso, o que Tito Lopes fez para responder às denúncias, como já foi dito, foi desafiar Crispim Mira para um duelo. Nessas notas, os jornais argumentam que o desafio que Tito Lopes fez a Mira e o fato de seu filho estar envolvido no atentado ao jornalista, se não confirmaram as acusações de Mira, pelo menos deixaram o diretor da repartição catarinense do Ministério da Viação em uma situação ainda mais delicada.

Algumas notas destacam o fato de Crispim Mira ser o único que cumpria o papel de provedor de sua família como um agravante do atentado, pois o ataque não só prejudicou a vida do jornalista, mas poderia deixar uma família inteira sem alguém que a sustentasse.

<sup>21</sup> Notícia retirada do jornal *O Estado*, de Florianópolis, e publicada no *Folha Nova* em 21/02/1927. p. 1.

<sup>22</sup> Notícia retirada do jornal *O Pharol*, de Itajaí, e publicado no *Folha Nova* em 24/02/1927. p. 2.

<sup>23</sup> Notícia retirada do jornal *A Noticia*, de Joinville, e publicada no *Folha Nova* em 24/02/1927. p. 2.

<sup>24</sup> Notícia retirada do jornal *O Estado*, de Florianópolis, e publicada no *Folha Nova* em 19/02/1927. p. 3.





Apesar de ser pouco citada nas notas analisadas, essa questão da figura do “homem provedor” é importante de ser destacada, já que este era um elemento crucial na construção do modelo hegemônico de masculinidade presente em Desterro na segunda metade do século XIX<sup>25</sup> e, possivelmente, ainda fortemente presente na Florianópolis de 1927.

A família de Crispim Mira, apesar de ter perdido repentinamente seu “homem provedor”, não ficou desamparada. Depois da morte do jornalista, quem assumiu a responsabilidade de sustentar a família do jornalista foi o governo do Estado na figura do então governador Adolpho Konder, oferecendo emprego à viúva e matrícula em escolas tradicionais da capital para os órfãos. Essa atitude do jovem governador foi bastante elogiada, como se pode perceber na citação a seguir, do jornal carioca *A Vanguarda*:

E quando o crepe da viuvez e da orphandade envolveu nas suas dobras a esposa excelsa e as quatro creaturas innocentes que eram todo o seu enlevo, maior ainda foi a cumpunção da cidade de Florianopolis, como de todo o Brasil. É que a familia do invicto polemista ficára na miseria e era necessario que apparecesse um coração disposto a amparar a orphandade innocente e sem recursos. Foi nesse estado de profunda commoção que os jornaes revelaram ao publico o gesto do eminente governador Adolpho Konder: S. exa. dando mais uma prova robustissima da grandeza do seu coração, havia já providenciado para que os filhos da victima da sanha assassina dos Lopes, não faltasse o pão do corpo e o pão do espirito. Este acto do illustre chefe do Estado que espelha os refulhos da sua grande alma, foi recebido com a maior sympathia pelo povo daquela capital, já habituado a ver no seu jovem e brilhante Governador a expressão viva e tradicional da nobreza catharinense. Assim a senhorinha Delorme será nomeada dactylographa do Gabinete do Governador; os menores Claudio e Paulo serão matriculados gratuitamente no Gymnasio Catharinense; e a menina Rosa Amelia será internada no Collegio Sagrado C. de Jesus.<sup>26</sup>

Não foi somente na citação anterior que se encontrou uma imagem positiva do governador Adolpho Konder; outros jornais, tanto de Santa Catarina quanto de outros estados, também utilizaram as atitudes do governador do Estado, em relação ao atentado, como uma oportunidade de elogiar o governador. O jornal *O Dia*, de Curitiba, se refere a Adolpho Konder como “homem de envergadura de verdadeiro estadista, embora moço ainda”<sup>27</sup> (Konder tinha 43 anos na época do atentado e da morte de Crispim Mira e vale lembrar que a mocidade do governador foi um aspecto bastante destacado quando se falou dele). A impressão que se tem ao se ler as menções feitas a Adolpho Konder nessas notas é que havia

<sup>25</sup> MACHADO, Vanderlei. Honra e conduta: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1894). In: BRANCHER, Ana Lice; AREND, Sílvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. p. 85 – 104.

<sup>26</sup> Notícia retirada do jornal *A Vanguarda*, do Rio de Janeiro, e publicada no *Folha Nova* em 10/03/1927. p. 1.

<sup>27</sup> Notícia retirada do jornal *O Dia*, de Curitiba, e publicada no *Folha Nova* em 23/02/1927. p. 2.



uma visão positiva desse governante, ao menos no que diz respeito a suas atitudes em relação ao ocorrido, já que só se encontram referências positivas a ele, tanto de jornais catarinenses quanto de outros estados.

#### A lei de imprensa de 1923 e a defesa da liberdade de imprensa

O decreto número 4.743 de 31 de outubro de 1923, “também conhecida como Lei Adolfo Gordo, referência ao seu relator no Senado”<sup>28</sup>, regulou, até 1934, a liberdade de imprensa no Brasil. Apesar dos elogios feitos nas notas de jornais analisadas, essa lei controlava fortemente a imprensa, fazendo com que a liberdade de imprensa fosse bastante limitada<sup>29</sup>. Segundo este decreto, era obrigatório que todos os periódicos fossem registrados, que os nomes do diretor e do redator do jornal estivessem estampados no cabeçalho do jornal, que estivessem presentes no registro dados como endereços da edição do jornal e das residências do diretor e do redator e que os artigos publicados fossem assinados. No caso de não haver autoria, a responsabilidade sobre os artigos recaía sobre o diretor ou o redator do jornal. Algumas dessas questões podem parecer óbvias atualmente, como a obrigatoriedade do registro e a responsabilidade pela autoria dos textos publicados, mas são elementos de controle da imprensa, para que se a punição seja efetiva, quando necessária.

Era essa a lei de imprensa que estava em vigor quando Crispim Mira denunciou irregularidades da administração de Tito Lopes na Comissão de Melhoramentos do Porto da Capital. Ao se ler alguns trechos desse decreto, ficam mais claras diversas das posições assumidas pela imprensa brasileira quando do atentado ao jornalista catarinense. Diversos dos artigos da lei são destinados a regular e a punir a publicação de injúrias ou calúnias contra “particulares” ou “autoridades públicas”. O artigo 16 dessa lei diz:

Os gerentes de um jornal ou de qualquer publicação periodica são obrigados a inserir, dentro de tres dias contados do recebimento, a resposta de toda a pessoa natural ou juridica que fôr attingida em publicação do mesmo jornal ou periodico por offensas directas ou referencias de facto inveridico ou erroneo, que possa affectar a sua reputação e boa fama<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> Lei nº 4.743 de 31 de Outubro de 1923. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. In: SCHLICHTING, Aida Melo. *Catálogo analítico .... op. cit.*, p. 1035.

<sup>29</sup> O caráter repressivo dessa lei é apontado por Ibidem, p. 79 – 80.

<sup>30</sup> Decreto nº 4743 de 31 de outubro de 1923. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. In: SCHLICHTING, Aida Melo. *Catálogo analítico .... op. cit.*, p. 1035.



O trecho acima citado explica a indignação da imprensa com a proposta de duelo feita por Tito Lopes com o atentado ao jornalista, protagonizado pelo filho de Lopes. Este artigo prevê defesa àqueles que são vítimas de calúnia na imprensa, obrigando ao jornal caluniador publicar a defesa da vítima em suas próprias páginas. Dessa maneira, segundo essa lei e o argumento da imprensa do período, não havia justificativa para a violência efetuada por Tito Lopes, pois, se ele realmente fosse vítima de falsas acusações por Crispim Mira, havia aparato legal para defendê-lo, ainda mais que, nessa mesma lei, havia punição específica, prevista no artigo 22, para jornalistas que ofendessem “autoridades públicas”.

Amparados pela Lei Gordo e pelo princípio da liberdade de imprensa, princípio este consolidado no constitucionalismo moderno desde a Revolução Francesa<sup>31</sup>, os jornalistas que se manifestaram sobre o atentado a Crispim Mira nas notas analisadas aproveitaram este fato para argumentar a favor da liberdade de imprensa. Talvez seja justamente esse tema da liberdade de pensamento e de expressão da imprensa o mais importante de ser destacado das notícias analisadas, principalmente porque está presente em praticamente todas elas.

O atentado a Crispim Mira não foi visto, por seus colegas de profissão, como uma violência destinada a apenas uma pessoa em particular; foi visto como uma violência à liberdade de imprensa e, por isso, a todos os jornalistas brasileiros. O trecho a seguir, do jornal *O Diário da Tarde*, de Curitiba, exemplifica essa questão, além de desautorizar a violência cometida por Tito Lopes por haver meios legais de se defender de calúnias da imprensa:

Esse gesto profundamente attentatorio á liberdade do pensamento, ecoou em nossa terra entre as maiores demonstrações de indignação. Desde que o criminoso se sentisse offendido nos melindres de sensitiva, deveria lançar mão de outros recursos, que a lei faculta para os que são injuriados ou calunniados.<sup>32</sup>

As notas analisadas também utilizam o atentado a Crispim Mira para construir um outro discurso, fazendo uma reflexão sobre qual o papel da imprensa na sociedade. É exatamente esse o foco de uma nota do jornal *A Cidade*, de Laguna, que levanta questões sobre qual a finalidade da imprensa:

<sup>31</sup> PEREIRA, Moacir. *Liberdade de imprensa e direito à informação*. In: \_\_\_\_\_. *Imprensa: um compromisso com a liberdade*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 27.

<sup>32</sup> Notícia retirada do jornal *O Diário da Tarde*, de Curitiba, e publicada no *Folha Nova* em 25/02/1927. p. 2.



Em face de tão vil ataque a um collega, nem mesmo aquelles que nas lidas do jornalismo combatem em campo opposto, queremos crer, deixarão de manifestar-se solidarios com o jornalista ferido, não só por um dever de equidade, como tambem por esse attentado representa alguma coisa mais do que uma questão pessoal; é um crime barbaro commetido contra a liberdade da imprensa.

De que nos serve, então, essa famosa lei Gordo?

Não tem então o jornalista o direito de apontar irregularidades que se relacionam á administração publica, quando de posse de documentos comprobatorios?

Não é essa, mesmo, uma das finalidades da imprensa?

Ou, então, não ha meios legaes a que possa []anca mãos aquelle que se julgar injustamente [malsinado] pelo jornalista mentiroso?<sup>33</sup>

A partir do que foi analisado nas notas de diversos jornais sobre o atentado, transcritas no *Folha Nova*, pode-se dizer, então, que nessas notícias sobre o atentado ao jornalista catarinense Crispim Mira, os jornalistas construíram um discurso pró-imprensa. Dizendo de outra maneira, foi feita uma apologia da liberdade de imprensa, sendo utilizada a repercussão de um fato atípico e chocante para a afirmação da profissão jornalística e para ressaltar a importância da liberdade de expressão da imprensa.

### Reflexões sobre uma apologia da liberdade de imprensa

Para começar as considerações, será citada uma notícia, do jornal *A Vanguarda*, do Rio de Janeiro, que praticamente resume todo o argumento da imprensa em relação ao atentado sofrido por Crispim Mira. É uma notícia que concentra, senão todos, pelo menos a maioria dos temas discutidos na imprensa por conta do atentado e, por isso, é emblemática para retomar alguns desses pontos mais relevantes.

O attentado de que foi victima em Florianopolis o jornalista Crispim Mira, director da “Folha Nova”, é desses factos que não podem passar sem um protesto, pois não se trata de uma simples aggressão á pessoa daquelle jornalista, mas um attentado ao pensamento livre do jornal, cujas criticas devem ser combatidas por meios legaes em defesa de cuja opinião exige respeito as nossas leis democraticas, que garantem essas attitudes violentas que, alem de não invalidarem as accusações do jornal, vem, pelo contrario, aggravar-as, fazendo crer aquellas pela sua veracidade.

A aggressão de que foi victima o jornalista catharinense, é o indice eloquente do grão de ignorancia que lavra ahi fora, mesmo entre aquelles

---

<sup>33</sup> Notícia retirada do jornal *A Cidade*, de Laguna, e publicada no *Folha Nova* em 23/02/1927. p. 2.



que, tendo cursado escola superior, não conseguiram curar os instintos barbaros e inferior, proprio das raças primitivas.<sup>34</sup>

Os temas nessa nota, presentes também em notas de outros jornais, como foi visto neste artigo, são: a questão de não ser um atentado a uma pessoa individualmente, mas a toda a imprensa e a sua liberdade de expressão; a idéia que de havia meios legais de se contrapor a uma falsa acusação, de modo que não era necessário o uso da violência; a idéia de que o ataque ao jornalista por parte de Tito Lopes foi uma forma de comprovar as acusações feitas pelo jornalista; e a irracionalidade e o barbarismo do ataque ao jornalista, identificado pela imprensa como próprio de pessoas incivilizadas.

Pela análise das notas transcritas no *Folha Nova*, se pode perceber que o argumento utilizado pela imprensa para condenar a atitude de Tito Lopes foi que por piores (e até mentirosas) que fossem as acusações publicadas por Crispim Mira em seu jornal, nada justificaria o atentado, já que havia meios legais para a defesa dos atingidos por calúnias e para punir a imprensa que mentia. É exatamente nesses termos que o jornal *O Dia*, de Curitiba, discorre: “A verdade é que, quaesquer que ellas [acusações a Tito Lopes] fosse por mais violentas, existe remedio e amparo nas leis brasileiras, para os offendidos.”<sup>35</sup> Outro jornal que utiliza a mesma idéia é o *Republica*, de Florianópolis: “Offensivos que sejam estes, as nossas leis comminam penalidades a respeito, e meio regular de se agir, seria, indubitavelmente, ou a defeza impressa, ou o chamado á responsabilidade, facilitado pela lei da imprensa.”<sup>36</sup>

O atentado foi utilizado pelos jornalistas para servir de mote para a discussão de questões presentes da Lei Gordo, de 1923. Foi um momento em que a imprensa aproveitou, também, para repensar e reafirmar seu papel na sociedade de defensora e propagadora da verdade.

A repercussão do atentado foi grande, mas ela não aconteceu da mesma maneira em todos os lugares. O modo como o atentado repercutiu nos jornais de Santa Catarina foi diferente daquele nos jornais de outros estados. Parece que os jornais catarinenses eram mais cautelosos e receosos em considerarem as acusações de Mira como verdadeiras. Um caso é o do jornal *O Estado*, de Florianópolis, que, na edição de 21 de fevereiro de 1927, em uma notícia sobre o atentado, diz que até o julgamento do processo judicial não faria mais referência aos acusados pelo atentado. Já em relação aos jornais de outros estados, a

<sup>34</sup> Notícia retirada do jornal *A Vanguarda*, do Rio de Janeiro, e publicada no *Folha Nova* em 21/02/1927. p. 2.

<sup>35</sup> Notícia retirada do jornal *O Dia*, de Curitiba, e publicada no *Folha Nova* em 23/02/1927. p. 2.

<sup>36</sup> Notícia retirada do jornal *Republica*, de Florianópolis, e publicada no *Folha Nova* em 18/02/1927. p. 2.



impressão que se tem é que estes assumiram e reproduziram o discurso do *Folha Nova*, principalmente em relação às denúncias feitas nas páginas do jornal fundado por Mira. Talvez, o que tenha acontecido, é que os jornais de Santa Catarina estivessem mais cientes da situação, e por isso não foram tão contundentes em defender ou acusar Tito Lopes, no que se refere à administração da Comissão de Melhoramentos do Porto da Capital. Outra possibilidade é que os jornais catarinenses mantivessem vínculos político-partidários com o grupo político de Tito Lopes (a relação entre imprensa e partidos políticos era bastante comum nesse período em Santa Catarina) e, por isso, devessem ter mais cuidado com a forma que falavam de Lopes.

O julgamento dos acusados pelo atentado que levou Crispim Mira à morte ocorreu em 28 de setembro de 1927, na comarca de São José.<sup>37</sup> Os acusados foram absolvidos, levando a uma onda de novos, embora muito mais tímidos, protestos da imprensa, principalmente do jornal *Folha Nova*. Segundo diversos autores, dentre eles Enéas Athanázio, o processo foi extraviado.

Para finalizar este artigo, far-se-á citação a trechos de uma última notícia, publicada no jornal *Folha Nova*, no dia 24 de fevereiro de 1927. Esta notícia, intitulada “Atravessando as fronteiras / o protesto unanime do povo brasileiro echôa na Argentina / E os nomes dos covardes são pronunciados com repugnancia e asco por milhares de pessoas / “La Nacion”, de Buenos Aires, protesta contra a selvageria”, é a transcrição de um telegrama, enviado do Rio de Janeiro, que fala sobre a publicação no jornal argentino *La Nacion*, de uma notícia, de autoria Juan Suarez, sobre o atentado a Crispim Mira:

Não se limitou a indignação publica a fazer vibrar 30 milhões de brasileiros. O grito de revolta atravessou as nossas fronteiras e foi, rapido e contagioso, echoar em terras estranhas onde povos civilizados não deixam de vibrar sempre contra as aggressões selvagens e contra os covardes attentados à liberdade de pensamento.

*La Nacion* diz que, embóra se trate de um facto occorrido em paiz estrangeiro, seus principios de solidariedade jornalistica não podiam fazer calar o mais vehemente protesto contra a aggressão covarde.”

[...] Pois, alem de brasileiros e argentinos, somos nós e Crispim Mira, jornalistas igualmente e nossa profissão não se modifica com as diversas nacionalidades. Demais a mais, onde houver civilização ha que haver protestos desassombrados contra a selvageria desses assaltos a mão armada. Crispim Mira é uma das mais flamejantes pennas do jornalismo brasileiro que jamais se ha de quebrar, nem mesmo quando a alvejem com saraivadas de balas assassinas.

<sup>37</sup> HENTZ; LUIZ; TEIXEIRA, Op. Cit. p. 7.



Mas, si acontecesse um desenlace fatal, estamos certos que o *Grande Juiz* do paiz amigo – o heroico povo brasileiro saberia vingar as suas tradições liberaes e, em defesa da propria civilização, gritar bem alto:

- Parae! barbaros. Que nós sabemos defender os principios de liberdade que nos legou Ruy Barbosa!<sup>38</sup>

Esta última citação mostra como foi extensa a repercussão do atentado ao jornalista catarinense, chegando a ser noticiada na Argentina. Além de mostrar a popularidade de Crispim Mira e sua reputação internacional, sugere que a imprensa argentina também estava preocupada com questões relacionadas à liberdade de imprensa. Por último, vale destacar desta nota, a pretensa solidariedade internacional dos jornalistas, baseada em supostos princípios universais, que seria o elo de todos os jornalistas, independente de suas nacionalidades.

#### Fontes

Arquivo: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

*Folha Nova*, Florianópolis, 18 de fev. 1927. Anno I. Nº LXXVII.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 19 de fev. 1927. Anno I. Nº LXXVIII.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 21 de fev. 1927. Anno I. Nº LXXIX.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 22 de fev. 1927. Anno I. Nº LXXX.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 23 de fev. 1927. Anno I. Nº LXXXI.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 24 de fev. 1927. Anno I. Nº LXXXII.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 25 de fev. 1927. Anno I. Nº LXXXIII.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 5 de mar. 1927. Anno I. Nº XC.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 7 de mar. 1927. Anno I. Nº XCI.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 10 de mar. 1927. Anno I. Nº XCIV.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 28 de set. 1927. Anno I. Nº 267.

*O Estado*, Florianópolis, 21 de fev. 1927. Ano XII. Nº 3816.

\_\_\_\_\_, Florianópolis, 5 de mar. 1927. Anno XII. Nº 3826.

---

<sup>38</sup> Telegrama enviado do Rio de Janeiro, com trechos de uma notícia publicada no jornal *La Nacion*, de Buenos Aires, transcrito no *Folha Nova*, em 24/02/1927.





## Referências Bibliográficas

ATHANÁZIO, Enéas. Jornalista por ideal: algumas considerações sobre um catarinense esquecido: Crispim Mira. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1992.

DOMINGOS, Sabrina. Crispim Mira, jornalismo e liberdade de imprensa. Jornal da Rede ALCAR - Ano 5, N. 56, 01 de outubro de 2005. Disponível em <[http://www2.metodista.br/unesco/rede\\_alcar/rede\\_alcar\\_58/rede\\_alcar\\_nucleos\\_cartarinense\\_crispim\\_mira.htm](http://www2.metodista.br/unesco/rede_alcar/rede_alcar_58/rede_alcar_nucleos_cartarinense_crispim_mira.htm)>. Acesso em 27 de outubro de 2008.

HENTZ, Isabel Cristina; LUIZ, Kelly; TEIXEIRA, Cristiane Garcia. Crispim Mira: “O mártir da liberdade de imprensa”. Trabalho apresentado como requisito parcial de avaliação para a disciplina de Teoria e Metodologia da História I, ministrada pela Profa. Dra. Joana Maria Pedro, da 1ª fase do curso de graduação em História, no semestre 2006/1.

PEREIRA, Moacir. Liberdade de imprensa e direito à informação. In: \_\_\_\_\_. *Imprensa: um compromisso com a liberdade*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 25 – 30.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli / FCC Edições, 1992. p. 23; 34-37.

\_\_\_\_\_. *O direito à informação na nova Lei de Imprensa*. São Paulo: Global, 1993. p. 79 – 80.

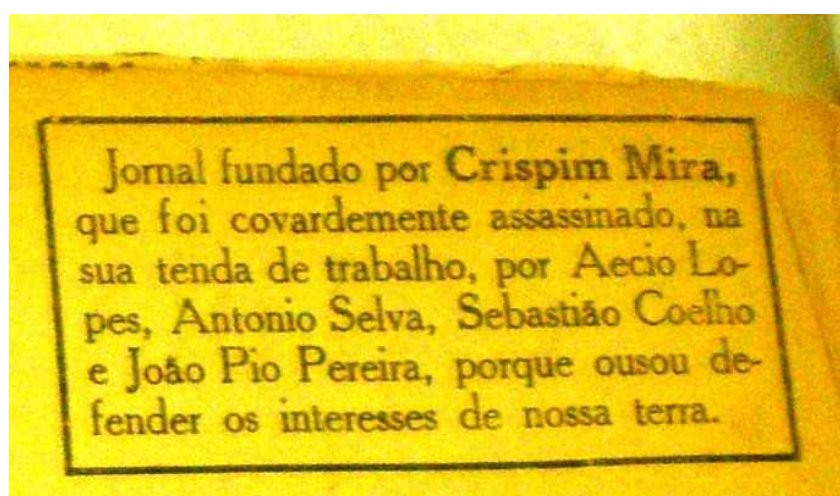
SCHLICHTING, Aida Melo. *Catálogo analítico descritivo dos jornais de Florianópolis, 1914-1930: o jornal como fonte histórica*. 1989. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p. 1038.



Anexos



*Folha Nova*, Florianópolis, 21 de fev. 1927. Anno I. Nº LXXIX. Capa.



Quadro ao lado do nome do jornal  
*Folha Nova*, Florianópolis, 23 de mar. 1927. Anno I. Nº 105. Capa.